



Juventude em questão: (inter)faces, pontos e contrapontos

Youth in question: (inter) faces, points and counterpoints

Cristiane Bonfim FERNANDEZ*

ORC ID: <http://orcid.org/0000-0003-1474-8987>

Este texto desenvolve um diálogo com as ideias de Groppo e Silveira (2020) presentes no artigo *Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil*. Assim sendo, nosso esforço consiste em compreender o que dizem os autores, o que querem dizer e partilhar o que pensamos a respeito. O artigo nos suscita algumas inquietações e nos impõe uma reflexão sobre a juventude. Uma vez aceito o desafio, vamos em frente. Mas, primeiramente, gostaria de agradecer, de forma especial, o convite da *Revista Argumentum* e a confiança a mim creditada para participar deste debate acadêmico. Sinto-me honrada em dialogar com Luís Antonio Groppo - escritor, professor e pesquisador - conhecido e reconhecido por seus trabalhos na área da juventude e com Isabella Batista Silveira que caminha com o professor Luís Groppo em sua trajetória como uma grande colaboradora.

É importante ressaltar a importância deste espaço de debate - os que dele participam tem algo a dizer, considerando os limites que o lugar da fala impõe quanto ao que pode ser dito e não dito. Quando se fala, se está interpretando e reinterpretando o que o outro disse. Logo, não existe neutralidade na fala do outro com quem dialogamos e tampouco na nossa fala pois a fala é mais que um simples pronunciamento, é uma necessidade de produzir discurso(s) convincente(s) capazes de seduzir o leitor. É disto que se trata - de atrair os ouvidos e os olhos daqueles que percorrem o texto para que o façam de forma prazerosa, saboreando as palavras.

O debate, que se segue, parte das ideias/teses defendidas por Groppo e Silveira (2020), destacando suas principais contribuições ao estudo da juventude, sobretudo, por meio de uma sociologia da juventude denominada por eles de vertente *crítica* com foco na concepção dialética.

* Assistente Social. Doutora em Política Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Av. Rodrigo Otávio, nº 6.200, Coroado 1, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Manaus (AM), CEP.: 69080-000. E-mail: cristiane@ufam.edu.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Teses sobre Juventude – pontos para o debate

O tema Juventude na sociedade hodierna está na pauta da agenda da família, da sociedade civil e do governo, tanto em cenário local, nacional e internacional. Trata-se de um importantíssimo tema para a sociedade. Se pretendemos pensar a sociedade contemporânea, e é isso que fazem os cientistas sociais, temos que insistir no debate sobre juventude pois pensar a sociedade é pensar obrigatoriamente em juventude. Todavia, é preciso considerar suas (inter) faces, que são muitas. Groppo e Silveira discutem duas dimensões relacionadas a juventude - classe social e política e já apontam um problema instigante retratado no título do artigo *Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil*. Eis a questão que apresentam os autores: Quais as relações entre juventude, classe social e política?

- **Pensando a juventude, os jovens.**

Pensar é preciso. Quem é considerado jovem na sociedade contemporânea? Quem define juventude? Trata-se apenas de uma faixa etária? Juventude é uma categoria em disputa e como nos lembra Bourdieu (2019) as divisões por idade são arbitrárias, na divisão lógica entre os jovens e os velhos, trata-se da divisão de poderes. “As classificações por idade acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 2019, p. 112). Mas, não se trata apenas de faixa etária, o autor destaca o autor que as relações entre idade social e idade biológica são muito complexas. O que está em jogo é a concepção de juventude. Trata-se de uma categoria natural e/ou construída social e culturalmente? Várias são as noções/os conceitos de juventude em diferentes sociedades e contextos históricos.

Concordamos com a ideia/tese apresentada por Groppo e Silveira- *juventude é heterogênea* – há formas diferentes de vivenciar a condição juvenil e de representá-la. A categoria etária tem de ser cotejada, associada a outras variáveis sociais tais como classe, gênero, raça, religião. Neste sentido, a análise social contempla a relação entre o natural (idade) e o social. Isso significa que há uma diversidade de entendimentos, ou seja, existem juventudes – no plural - e não juventude no singular, como retrata Carmo (2001) Trata-se então de analisar/pensar juventudes em seus condicionamentos históricos.

Os estudiosos apontam que não se pode desprezar a idade ao falar da condição juvenil e nem as demais categorias. A juventude está relacionada a idade, ao ciclo da vida, a fase de transição entre infância e fase adulta, mas, como dito, as fronteiras para definição da diferenciação dos membros da sociedade estão em disputa. Todavia, além disso, as juventudes constituem-se construções sociais e culturais inseridas em contextos sócio-históricos que vão se modificando ao longo do tempo e sofrem as inflexões da sociedade.

Ser jovem, muito além de uma experiência geracional, diz respeito a viver múltiplos pertencimentos (na escola, no trabalho, na igreja, por exemplo) é estar permanentemente em trânsito nestas experiências de vida, sendo atravessado e constituídos pelas condições concretas de vida (CORDEIRO, 2009, p. 56)

Não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades dificuldades, facilidades e poder na sociedade. Neste sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade a partir de múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classes, gênero, etnia, grupo (ESTEVES; ABROMOVAY, 2007, p. 23).

A juventude, é, assim, caracterizada pela diversidade. É importante relembrar as múltiplas faces associadas a categoria juventude sem as quais não se pode compreender a condição juvenil em sua complexidade. Groppo e Silveira (2020) adensam o debate sobre juventude ao enfatizar a necessidade de combinar a categoria da estrutura das classes sociais com a categoria etária e variáveis como gênero, raça, religião, orientação sexual. O que isto quer dizer? Há uma crítica a concepção naturalista de juventude e um destaque para os estudos culturais pois pensar a juventude é fazer uma análise social. Os autores fazem uma crítica contundente a concepção estrutural-funcionalista que usa a categoria etária juventude como forma de disfarçar as desigualdades de classes, e também pondera que as contestações, as resistências e revoltas juvenis são *patologias* – desvio, disfunção e anomia.

Percebemos uma disputa pelo poder para definir o que é juventude. Em determinados períodos da história a juventude esteve associada a delinquência, culpa, criminalidade, perigo social, problema, tempo de rebeldia. “No início do século XX, o enfoque das análises sobre juventude era o controle da delinquência. A juventude era interpretada como um perigo social, era um espectro que rondava os lares burgueses” (IULIANELLI, 2003. p. 55). Essa era uma das formas como o jovem era visto no passado, mas essa visão negativa ainda está presente no imaginário social. Não por acaso, os termos pivete, trombadinha se associavam ao jovem que cometesse algum crime. Essa é uma das formas como o *outro* vê o jovem.

É preciso considerar o maior número possíveis de fontes que disputam entre si a definição da *cara* da juventude. Segundo Esteves e Abramovay (2007) a construção social em torno da juventude é carregada de significados negativos, associado ao rótulo de jovem gerador de problema que impacta a família e a sociedade. A juventude como produção de uma determinada sociedade contempla múltiplas formas de enxergar o jovem conjugando estereótipos, momentos históricos e diversidade de situações de classe, gênero, etnia.

No entanto, muitos são os signos atribuídos ao jovem e isso está relacionado a quem está definindo, interpretando juventude e em que contexto. Groppo e Silveira, como veremos adiante, ressaltam o papel protagonista dos jovens como sujeitos políticos nos anos 2000. Mas, antes disso, gostaria de mencionar outra variável importante na compreensão da juventude – a categoria gênero. A juventude ocupa tempos diferentes na vida do homem e da mulher.

La juventud depende también del género, del cuerpo procesado por la sociedad y la cultura; la condición de juventud se ofrece de manera diferente al varón o a la mujer. Esta tiene un reloj biológico más insistente, que recuerda con

tenacidad los límites de la juventud instalados en su cuerpo. Hay un tiempo inexorable vinculado con la seducción y la belleza, la maternidad y el sexo, los hijos y la energía, el deseo, vocación y paciencia necesarios para tenerlos, criarlos y cuidarlos (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 10).

Conforme Margulis e Urresti (1996) a juventude não é independente do gênero. O tempo para a mulher a obriga ser jovem enquanto é jovem (em idade) tendo em vista que o tempo para ser mãe, se *esgota*. O relógio biológico da mulher afeta os limites da sua juventude, o que não ocorre da mesma forma para a totalidade dos homens. É interessante considerar esta *moratória vital*, termo usado pelos autores para descrever o período da vida em que se possui um excedente temporal, um crédito, algo que se tem demais e se pode dispor e que é mais reduzido nos que não são jovens. No entanto, essa força, essa energia jovem não está dissociada da condição de vida do jovem. Os autores usam também o termo *moratória social* –refere-se a um período mais ou menos prologando em que jovem pode estudar, ter seu lazer sem se preocupar com sua subsistência, inserção no mercado de trabalho. Esta condição socioeconômica e cultural é geralmente assegurada ao jovem de classe média e alta, mas não ao jovem das camadas populares. Noutras palavras, a juventude para um homem de classe média alta, difere tanto de uma mulher jovem de sua classe como também de uma mulher ou homem jovem de classe popular.

Grosso e Silveira fazem uma crítica a noção de juventude enquanto categoria etária que deslocam o lugar da juventude na ordem social, impondo ao jovem o seu lugar e função específica na sociedade. Uma de suas contribuições é exatamente postular que o jovem pode ressignificar ou recusar a função social que lhe foi atribuída pelas instituições. Quanto a isso, continuamos o debate, com Grosso e Silveira, no tópico seguinte, destacando a participação de jovens que se tornaram protagonistas de sua história – em seu *auto-fazer histórico*, como denominam os autores.

▪ Jovens fazendo política

A reflexão de Grosso e Silveira sobre as ocupações estudantis de 2015 e 2016 em São Paulo contemplam um aspecto importante na história da participação política da juventude brasileira. Primeiramente, desmistificando a ideia de que jovem não gosta de política, não se envolve com política. Os jovens se inserem na política, deixando suas marcas na sociedade. Não há apatia política quanto a participação juvenil, mas, há modos diferentes de fazer política. A ideia fundamental defendida pelos autores é que *juventude é mais do que uma categoria etária, se transformou numa categoria política* – em sujeitos políticos.

Política entendida não no sentido tradicional, institucional por meio do parlamento, dos partidos políticos e de instituições consolidadas. A política que permeiam a análise de Grosso e Silveira (2020) refere-se a “[...] política como exercício da contestação e assunção de sujeitos políticos, ampliando a esfera pública e o número de pessoas que podem falar e ser ouvidas” (GROSSO; SILVEIRA, 2020, p. 11). Isso mostra o poder da juventude que ergue sua voz para falar, para ser ouvida, lutando por espaços que assegurem o direito de falar, mas não apenas isso. Jovens querem dar o tom, o

direcionamento usando distintos recursos - força, sensibilidade, sedução, experiência diante a uma realidade que incomoda, que exige uma resposta.

É fundamental ressaltar o olhar peculiar de Groppo e Silveira sobre o jeito jovem de fazer política, como os jovens se tornaram protagonistas na construção de um movimento de resistência ao controle social num importante momento político da história do país. Como afirma Nogueira (2001) “A política é um campo de luta, uma câmara que amplifica e viabiliza a disputa pelo controle dos mecanismos de comando e opressão [...]” (NOGUEIRA, 2001, p. 28). Uma característica da política jovem, destacada pelos autores, foi a descentralização, a redução do peso institucional e o foco, menos no cotidiano, e mais no extra-cotidiano, na figura de rebeldia, recusa, resistência e autonomia juvenil. No casos deste jovens, houve uma opção por uma política participativa que fugia dos antigos moldes convencionais.

O caso do movimento das jovens secundaristas que ocuparam os espaços nas escolas deixou claro o jeito peculiar de fazer política, como apontado por Groppo e Silveira, houve um despojamento de uma velha identidade – a *desidentificação* em relação aos papéis previamente estabelecidos; uma *ressignificação* das categorias sociais que envolvem a juventude e uma *formação política* auto-organizada. A forma imposta aos jovens de fazer política tradicionalmente estava sendo questionada – a luta travada era por ocupação de espaços públicos despolitizados – no caso a escola – para fazer política. Como afirmam Groppo e Silveira buscava se fazer deste espaço público um espaço de democracia, com relações horizontais e autonomia dos sujeitos para discussão de qualquer assunto considerado relevante.

A Juventude, por meio do movimento das ocupações estudantis, como afirma Groppo e Silveira (2020), foi transfigurada de uma categoria etária em categoria política. “As e os ocupas se erigem como classe ou sujeito político que é capaz de enfrentar e repensar a ordem social e policial dada, colocando ou tentando colocar em situação de igualdade os sujeitos que eram vistos como desiguais” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 18). Importante destacar que a expressão *as e os ocupas* referem-se aos estudantes secundaristas que ocuparam a escola, ultrapassando assim a simples noção de alunos da escola. Concordamos com os autores quando afirmam que “[...] o sujeito político ‘ocupas’ era uma categoria relacional porque ela só funcionava no confronto ou dissenso em relação a sujeitos com quem se querida colocar de igual para igual em um espaço público danificado” (GROPPO; SILVEIRA, 2020, p. 18).

É importante destacar a contribuição da juventude com seu jeito peculiar de fazer política, além dos tradicionais muros institucionais. Jovens ressignificando a política, como ressalta Groppo e Silveira (2020) em relação as ocupações estudantis ocorridas em São Paulo como uma reação as políticas educacionais estaduais de caráter neoliberal. Há, portanto, uma juventude engajada politicamente em espaços democratizados, não tradicionais. Juventude fazendo história, com seu jeito de fazer política além dos muros do parlamento, evidenciando assim a preocupação, o compromisso pela construção de uma sociedade democrática. É disto que se trata, de garantir cidadania e participação a população a juvenil considerando sua inserção na sociedade. No entanto, as formas tradicionais ainda estão presente na vida da juventude. Há jovens que optam pela

política tradicional. “Alguns jovens ingressaram nos partidos tendo já participado ativamente dos grêmios e dos movimentos estudantis, tendo iniciado na escola seus embates por mudanças” (CASTRO, 2008, p. 257).

Confirma-se uma participação expressiva da juventude nas questões da sociedade com seu jeito *jovem* de fazer política. Para Ribeiro (2004) a política é uma área desenergizada em nosso tempo cujo sangue novo vem dos movimentos sociais e da indignação ética, e desta segunda fonte os jovens fazem parte.

Dessa segunda fonte para a política, que está marcada pela indignação moral, a juventude também faz parte. Ela fornece algo deste estoque de sangue novo do qual a política se vale. De sua força física, de sua pouca integração (ainda) nas redes de interesse do mundo decorrem muitas possibilidades de coisa nova. Ela assim funciona como provedora de energia (RIBEIRO, 2004, p. 30).

Para concluir este debate, e prosseguindo na articulação entre diferentes variáveis ou categorias na análise da juventude, enfatizaremos a seguir a intersecção entre juventude, política e classe social.

▪ Juventude, classe social e política

É importante retomar a ideia de que a participação juvenil na política é perpassada por outras categorias como classe social, gênero, raça, etnia, religião já mencionadas em relação aos elementos que definem juventudes. Portanto, isso significa que as condições concretas de vida diferenciadas para os jovens afetam o modo como se inserem ou não na política. A classe social em que se insere, as diferenças sociais tem um peso na vida do jovem. O jovem que necessita desde cedo inserir-se no trabalho para manter sua sobrevivência não usufrui da *moratória social* que lhe garante as mesmas oportunidades do jovem de classe média que pode adiar sua inserção no mercado de trabalho para se dedicar somente aos estudos e ao lazer.

O jovem cuja condição de vida é precarizada pode se inserir na política como forma de lutar ou garantir sua sobrevivência, seus direitos. As lutas de movimentos sociais – sindicais, feminista, homossexuais, negros – reivindicando igualdades ou ampliação de direitos também diz respeito a vida jovem. A questão é: o jovem vai se assumir como cidadão? Jovens tem lutando por seus direitos na sociedade contemporânea. O que ele pensa sobre os problemas ao seu redor? “Para o jovem, ‘sair de casa’, no sentido de assumir-se como integrante da polis ou da nação, significa entender-se como ‘tendo a ver’ com o estado de coisas ao seu redor e interpelado a responsabilizar-se por elas” (CASTRO, 2008, p. 253).

O envolvimento com a política pode ser uma resposta, uma indignação a sua própria experiência de vida em sociedade. “A participação política dos jovens não se faz no vazio cultural e histórico, mas em sociedades reais que carregam as marcas singulares de sua história e as dificuldades específicas de seu presente” (CASTRO, 2008, p. 253). O jovem que assume essa posição política busca pelo poder para mudar o seu destino, sua história, sentindo-se responsável, junto com outros segmentos sociais, pelas mudanças sociais. No entanto, o protagonismo juvenil tem mostrado uma nova forma de

intervenção social pois suas ações não assumem prioritariamente as tradicionais formas de fazer política. Como destaca Groppo e Silveira (2020) as experiências dos sujeitos podem ser capazes de quebrar padrões que parecem ser estáticos e inflexíveis, é o que ocorreu no caso das ocupações de estudantes secundaristas em 2015 e 2016 no Brasil que geraram rupturas mesmo que não tenha afetado a política e a estrutura. As práticas instauradas, diz os autores, partiram das reais possibilidades dos sujeitos ocupantes se fazerem protagonistas do processo. O que nos mostra esta experiência? Que os estudantes - os chamados *OCUPA*, por Groppo e Silveira (2020) - ocuparam os espaços, confrontaram o Estado, atuando como um movimento de resistência articulado contra um determinada hegemonia política.

Nesse cenário, são pertinentes as ideias de Iulianelli (2003) quando afirma que há um descrédito em relação a ação do Estado e, ao mesmo tempo se exige do Estado uma ação direcionada aos jovens. Pode-se dizer, que os jovens em determinados momentos assumem um protagonismo na sociedade. Mas, de que protagonismo estamos falando? É comum pensar protagonismo juvenil associado a ideia vanguardista que o torna responsável pela mudança, considerando o protagonista de sua própria história. Noutras palavras, tem o papel mais importante no cenário político. No entanto, considerando as ideias já expostas é importante retomar a noção de articulação, reconhecendo que a juventude e, conseqüentemente, as ações juvenis estão articuladas há outras variáveis, sejam sociais, econômicas, culturais, políticas, raciais, religiosas. Juventude, como destaca Groppo e Silveira (2020), é uma categoria social e política cuja concepção dialética tematiza a relação entre categorias etárias e estrutura de classe, considerando também a dimensão da cultura e da educação.

Considerando a importância da juventude na história, pode-se associá-la a noção de protagonismo juvenil que contempla as faces social e política. Esse jeito jovem de ação ocorre necessariamente por meio de ações coletivas.

O protagonismo juvenil tem outra propriedade [...], trata-se de ações juvenis coletivas e participantes – nela se constroem a autonomia dos participantes e o envolvimento da coletividade com a ação. [...] É uma ação educativa que relaciona jovens e educadores – ou somente jovens – na construção de um processo de intervenção sociocultural (IULIANELLI, 2003, p. 71).

Na construção do protagonismo, jovens discutem e deliberam sobre as ações que serão desenvolvidas, e, assim vão se empoderando, adquirindo poder e conquistando espaços. Podemos até dizer que assumem, em um certo sentido, o próprio destino. Mas, não os únicos responsáveis por isso, e, não é sua responsabilidade exclusiva. Existem corresponsáveis - classes sociais, Estado, família, sociedade - que podem ser aliados ou adversários do protagonismo juvenil. Desta forma, por um lado, se evidencia uma relativa autonomia dos jovens, e de outro lado, uma dependência.

Considerações finais

O debate com Groppo e Silveira sobre juventude nos instigou a pensar ainda mais sobre a necessidade de considerar as inflexões da sociedade sobre a condição juvenil na história. A imprecisão quanto a definição de juventude - sua heterogeneidade - apresenta

uma análise mais próxima do real, considerando as contradições, as ambiguidades da vida jovem.

Ficou evidente que pensar a juventude pode partir da noção biológica e etária de juventude, mas deve ser necessariamente articulada a categoria social, cultura, política e jurídica. Na realidade, são complementares; não temos que fazer uma opção entre a noção biológica ou social pois a categoria juventude refere-se a uma construção social cujas bases assentam-se na combinação entre o critério etário e o critério sociocultural. O diálogo com os autores e suas respectivas abordagens mostram, de alguma forma, a reinvenção da juventude relacionando-a a variáveis como gênero, raça, classe social, religião, globalização. Significa que olhar a juventude apenas de um prisma é deformá-la, distorcê-la. Groppo e Silveira (2020) apontam claramente que juventude deve ser entendida, a partir de uma concepção dialética, uma vertente crítica. A condição juvenil é experimentada conforme as inúmeras variáveis sociais; considerando as estruturas de classe, perpassadas pela cultura e pela política.

Quanto ao desenho da relação entre juventude e política reconhecemos novos contornos, uma ressignificação quanto aos tradicionais modos de fazer política em que o jovem desponta como protagonista neste espaço, assumindo novos modos de intervenção social e política, mas podendo também assumir os papéis tradicionais. A queda de participação dos jovens pela política pode ser entendida como uma rejeição do modelo tradicional – partidos, parlamento, organizações estudantis – e, ao mesmo tempo, sua aproximação e envolvimento com um jeito de fazer política a *maneira jovem*, por meio de mídias sociais, ocupação das ruas, das escolas, dos movimentos sociais.

Nos importa assinalar que a juventude tem um papel importante na sociedade, mas, também necessita de proteção, segurança e direitos assegurados pelo Estado, família e sociedade. É preciso ouvir os jovens e construir coletivamente políticas públicas para a juventude. Isso não ocorrerá espontaneamente, é preciso, motivação, articulação e vontade política dos que assumem o compromisso com a causa juvenil.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A “Juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARMO, P. S. do. **Juventude no singular e no plural**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. (Cadernos Adenauer II, n. 6: As caras da Juventude.).

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação Política e Juventude: do mal-estar a responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília (DF): Ministério da Educação: Unesco, 2007.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argum.**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, jan./abr. 2020.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (org). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventude es Más que una Palabra. In: MARGULIS, M. (Ed). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

RIBEIRO, R. J. Política e Juventude: o que fica de energia. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade**. Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Cristiane Bonfim FERNANDEZ

Assistente Social. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
